



Anais da Assembléia

Nº 69

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 15 DE JUNHO DE 1976

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 99ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 1976

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Leopoldo Jacomel.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, João Cioni Netto, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (46); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão de Mattos Leão, Ernesto Dal'Oglio, José Domingos Scarpelini, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Otássio Pereira e Wilson Fortes (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 186/76, veto aposto ao Projeto de Lei nº 72/75, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga o município de Capitão Leônidas Marques à cidade de Cascavel. Parecer da CCJ, pela manutenção do veto, por unanimidade.

OFÍCIO Nº 186/76

Curitiba, em 19 de maio de 1976.

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício número 18/76, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei número 72/75, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo autorizar o Poder Executivo a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhorias, a estrada de rodagem

que liga o município de Capitão Leônidas Marques à cidade de Cascavel.

A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame decorre das disposições constitucionais expressas nos artigos 25 e 35, da Carta Política Estadual, que conferem ao Chefe do Poder Executivo a competência para iniciativa de leis cuja execução crie, aumente ou autorize despesa pública.

O não acolhimento ao Projeto decorre, ainda, de informação prestada pelo Departamento de Estradas de Rodagem, considerando inoportuna a medida, eis que as obrigações já assumidas pelo referido Departamento não lhe permitem novos encargos, principalmente aqueles que demandem substanciais recursos financeiros.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para discutir, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

De nossa lavra foi aprovada por este Poder Legislativo um projeto de lei que visa ou visava, autorizar a transferência de conservação e melhoria na estrada que liga o município de Capitão Leônidas Marques à cidade ou ao município de Cascavel.

O município de Leônidas Marques está completamente separado da antiga comarca a que pertencia, Capanema, pelo grande Rio Iguaçu. E não há nenhuma ponte que interliga a região Sudoeste com a região Oeste do Paraná, estando, geograficamente, unida a Cascavel por linhas secas, mas servido por estradas de rodagem, cujo precário estado atual não corresponde às necessidades daquele setor, notório pela sua produção agrícola e pelas suas indústrias extrativas de madeira. Tem como escoadouro único, a BR-277. Este pequeno trecho do Rio Iguaçu passa pela cidade de Leônidas Marques, alcança três distritos de Cascavel, entre eles uma pequena vila, a primeira depois de passar por um grande distrito de Leônidas Marques.

Então, a estrada que vem do Rio Iguaçu, passa pela sede do município, interligando o distrito de Santa Lúcia; depois, passa por Céu Azul e Cascavel, Cielito, Alvorada, Santa Maria e, depois, Santa Teresa, numa distância aproximada de 60 quilômetros.

Nesta proposição, neste projeto de lei, tivemos a intenção de fazer com que houvesse uma melhoria nas estradas, porque os encargos dos municípios de Leônidas Marques e de Cascavel não têm conseguido manter essa estrada em condições de tráfego, e, sobretudo pelo fato de fazer uma interligação de duas regiões divididas pelo Rio Iguaçu.

E não é só. Também os municípios de Leônidas Marques e de Cascavel padecem com as estradas precárias que sofrem diuturnamente com o problema das chuvas que não são resolvidos senão através de recursos mais condizentes com as exigências.

No veto que S. Exa. após ao projeto de nossa autoria, é mencionado entre outras condições, ou falta de condições, o princípio da constitucionalidade que ele diz, o Governo, se tratar de um projeto de iniciativa privativa do Poder Executivo, tendo como base o preceito constitucional, ou os preceitos dos artigos 25 e 35 da Carta Estadual.

Invoca ele, o falecimento de competência, e nos seus termos diz: (1º): "A competência para iniciativa de leis cuja execução crie, aumente ou autorize despesa pública". Confere por esta razão, ao Chefe do Poder Executivo, a exclusividade de sua iniciativa. E menciona mais: "O não acolhimento do projeto decorre, ainda, de informação prestada pelo DER, considerando inoportuna a medida".

Eu quero enfatizar, Srs. Deputados, que S. Exa. menciona aqui: "Considerando inoportuna a medida".

Eis que, as obrigações assumidas pelo referido Departamento de Estradas de Rodagem não lhe permitem novos encargos, principalmente aqueles que demandem substanciais recursos financeiros".

Se o Governo do Estado declara pelo seu Governador que não têm condição de manter uma estrada no percurso de 60 quilômetros aproximadamente, quanto mais se exigir de dois municípios, ou apenas de um município que seria Leônidas Marques, como se pode exigir deste município a condição, a capacidade financeira para manter uma estrada municipal de âmbito regional para que ele mantenha sempre em condições de tráfego essa estrada?

Uma incoerência flagrante do Poder Executivo; tivesse eu me baseado apenas no princípio constitucional, haveria de se meditar sobre essa acolhida.

Eu, particularmente, tenho feito aqui posição contrária a este tipo de legislação constitucional, legislação que, a despeito de ter acima de si um Ato Institucional nº 5, para nós que temos uma posição filosófica distanciada dos preceitos e da inspiração constitucional que vige neste País, ponho minha posição, mais uma vez, contrária aos preceitos que a Constituição Revolucionária vem fazendo valer e quando nós, quando, às vezes, se procura argumentar com esses preceitos constitucionais em casos específicos, então, o Governo obra tendo em vista e obra com argumentos, tendo em vista o período de exceção que nós vivemos, no Brasil.

Sempre condeno e, é a minha posição irreversível, de se mudar o regime constitucionalista para aquele que prega a verdadeira doutrina democrática, o verdadeiro regime democrático. Vai aqui, mais uma vez, a minha estranheza pelo veto de V. Exa., o Sr. Governador do Estado, não só no que tange a este preceito constitucional, porque o projeto tem uma finalidade autorizativa; não tem um caráter compulsório e imperativo, senão apenas, uma autorização a S. Exa. para se colocar, futuramente, no orçamento do Estado, as despesas pertinentes àqueles encargos de manutenção dessa estrada. Se é demais para o DER conservar uma estrada pequena como esta, o que se poderia dizer, então, nos encargos que acarreta a manutenção da rodovia, como esta, para o município pequeno, como é o de município de Leônidas Marques.

E, por que, ele não envia a Mensagem, também, com base mesmo neste seu Veto, por que não enviou a esta Casa, para evitar, para sanar este propalado vício de inconstitucionalidade?

Por que não enviou, dizia eu, um projeto de autoria do Executivo permitindo que essa estrada se passasse para o DER, não só para a conservação mas, também, para que o Poder Executivo se conscientize da necessidade que tem aquela região de fazer uma ponte numa estrada ligando o Sudoeste com o Oeste do Estado do Paraná.

Já falei, aqui, desta mesma tribuna e, não vou deixar passar mais esta oportunidade. Permitirei um aparte mais adiante.

Não deixarei esvair esta oportunidade de pedir ao Governo do Estado, que propala tantas obras neste rincão paranaense, de que está cumprindo, e, que está sendo a melhor administração.

Até hoje, Governo Revolucionário e não Revolucionário, jamais algum deles se conscientizou da necessidade do interli-

gamento da estrada que liga a região Sudoeste do Paraná ao Oeste, ao Noroeste, cruzando e executando obras como, por exemplo, uma ponte sobre o Rio Iguaçu, para se viabilizar o transporte e, também, a ligação ao Sul do País, quer seja, com Santa Catarina ou com o Rio Grande do Sul.

Não se entende que um Estado desenvolvimentista e que se apregoa um dos mais bem situados no setor agrícola e no setor econômico do Estado, fique ainda marginalizado.

Aqui, deixo mais uma vez, o nosso protesto e a nossa reivindicação e a conscientização não só do Governo mas da Liderança do Governo que representa o Sudoeste do Paraná, nesta Casa.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Fidelcino Tolentino.

Nós estamos ouvindo a vossa argumentação e queremos, apenas, para ilustrar o seu pronunciamento dizer a V. Exa. que existe o programa Pró-safra, em convênio com os municípios onde o Estado constrói estradas, onde o Estado ajuda os municípios e faz a sua conservação.

Então, queríamos dizer, apenas para elucidar o seu brilhante discurso, que este problema escapa completamente do plano rodoviário do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná.

Sabe bem V. Exa. que existe a estrada Pato Branco-Três Pinheiros; existem todas as estradas do Sudoeste, a famosa estrada Toledo-Cascavel, afinal de contas o governo vem imprimindo e dinamizando as estradas da região que V. Exa. dignamente representa nesta Casa, como obras prioritárias. E é também do interesse do governo dotar aquela região de todas as estradas.

Por isso existe o convênio Pró-Safra entre Prefeitura e DER, onde o DER entra com todo o poder monetário e as Prefeituras entram com os veículos, afinal de contas num perfeito entrosamento do Governo Jayme Canet e que vem dotar o Paraná e principalmente sua região, que é a região que está dando um impulso na lavoura branca do nosso Estado.

E por isso quero dizer a V. Exa., que esta estrada será conservada desde que se entre pelos canais competentes de um convênio, afinal de contas pela Pró-Safra ou então que se aguarde onde deve ser ajustada dentro de uma programação viária, da malha rodoviária no Sudoeste, Oeste e afinal de contas de todo o Paraná.

E V. Exa. há de ver que o Governo irá fazer essa estrada, porque tem feito muitas.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — A estrada existe, nobre Deputado.

O Sr. Gabriel Manoel — E V. Exa. sabe, há de conservá-la e há de fazer a ponte. Esta ponte existe em Pato Branco e Três Pinheiros e como existe também a sua estrada de Toledo a Cascavel; como existe a estrada de Assis Chateaubriand-Cascavel, que há de ser asfaltada.

Então não há de ser esta estrada, Assis Chateaubriand-Leônidas Marques, que há de ser esquecida pelo Governo, porque o Governo Jayme Canet já foi alertado, já foi dito por todos os paranaenses que é o governo das estradas, e há de fazer a estrada que V. Exa. reivindica, esta estrada há de entrar num plano rodoviário paranaense, no plano rodoviário do DER e há de ser num breve futuro.

Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Só lamento, agradecendo o aparte de V. Exa. que veio justamente esclarecer e, eu peço vênha a V. Exa., para observar o aspecto específico da minha discussão no projeto, nesse Veto do projeto de nossa lavra.

Eu falo da estrada, Sr. Deputado, Cascavel-Capitão Leônidas Marques. E V. Exa. manifesta ser um profundo desconhecido da região. Fala da estrada Três Pinheiros, que fica a 150 quilômetros da estrada a que me referido e lamento profundamente que V. Exa. sendo...

O Sr. Gabriel Manoel — Nobre Deputado...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Peço à Presidência que me assegure a palavra. Manifesto a minha estranheza que V. Exa. não conheça a região, embora tenha passado por perto, porque eu mesmo encontrei V. Exa. em Cascavel.

Mas, o seu desconhecimento não é tão distante do desconhecimento de quantos operam no Departamento de Estradas de Rodagem e pugnam por ignorar os problemas de ordem regional, tanto mais quando se trata de uma estrada transestadual, como pretende ser essa estrada que foi objeto do nosso empenho para que ela passasse ao Governo do Estado.

Lamento profundamente que S. Exa. o Governador do Estado também tenha operado aqui com desconhecimento de causa, e também num esclarecimento profundo da incapacidade de realização de todas as obras que V. Exa. tanto apregoa nesse aparte dado.

Lamento mais, que o Governo não se conscientize da realidade do Oeste e do Sudoeste do Paraná, da necessidade de interligação e integração que devem ser feitos em ritmo mais acelerado do que propriamente estão fazendo, obras de infraestrutura e obras suntuárias, como é o caso que tanto se apregoa na região de Foz do Iguaçu.

Quanto dinheiro já se empregou nas obras da Usina de Itaipu para preparo da realização das obras. E não se faz obras necessárias, não se faz obras como estradas, como escolas e como tantas outras. Mas me refiro e quero me ater especificamente ao caso da estrada que liga Sudoeste e Oeste, e sobremaneira, à estrada que liga a Capitão Leônidas Marques.

Tanto se falou e se discutiu na área federal, como também na área estadual acerca da dificuldade que teria de se passar uma estrada pelo Parque Nacional do Iguaçu, inclusive com imposições e interveniências às vezes do IBDF, não é possível se construir uma estrada melhor, que liga Medianeira a Capanema. Então esta estrada aqui, eu fiz a proposição, e o projeto aprovado por este douto Plenário agora, é repellido por S. Exa. com a argumentação de inconstitucionalidade e também, com a argumentação, de falta de recursos do Governo do Estado.

Agradeço à Comissão de Finanças a que pertence o Deputado de Ponta Grossa, Luiz Carlos Zuk, que deu parecer favorável, a que o veto de S. Exa. fosse repellido, reconhecendo assim, a necessidade de implantação dessa modificação, de encargos na estrada.

Peço a S. Exas. que laborem com o mesmo espírito público, com o mesmo posicionamento de civismo e de espírito de desenvolvimentista que devemos ter, nós que somos representantes do Paraná, para que não aceitem, rejeitem, o veto apostado por S. Exa. ao projeto em discussão.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Encerrada a discussão, em votação.

Para encaminhar a votação, tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Analisando o veto apostado neste projeto de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, mais uma vez se caracteriza que o Poder Executivo deste Estado, é uma verdadeira máquina de vetar.

Projetos desta natureza, aprovados por esta Casa, principalmente, quando oriundos da bancada do MDB, retornam a este Poder, encimados pelo veto que já é claramente decorado o seu contexto e que diz sempre: “vetei o projeto de lei, por julgá-lo inconstitucional”.

Mas o interessante é que S. Exa. o Governador não satisfeito com a arguição de inconstitucionalidade, costuma revestir este contexto de uma justificativa que a nosso ver nada justifica, porque dela nunca consta fundamento. E ele diz:

“O não acolhimento do projeto decorre, ainda, de informação prestada pelo Departamento de Estradas de Rodagem, considerando inoportuna a medida, eis que as obrigações já

assumidas pelo referido Departamento não lhe permitem novos encargos, principalmente aqueles que demandem substanciais recursos financeiros”.

Na minha região, Sr. Presidente, Srs. Deputados, existe um trecho de estrada de Ribeirão do Pinhal ao município de Abatiá, há 50 anos chamada “estrada sem dono”, porque não pertence aos municípios, não pertence ao Estado.

E a grande verdade é que essa região caracteriza-se como o grande celeiro de produção do Estado.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem). Sr. Presidente, o ilustre Deputado que se encontra na tribuna está fugindo ao assunto em discussão. Estamos votando uma estrada do Sudoeste e não do Norte Pioneiro.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Nada impede que o Sr. Deputado se refira a outras estradas.

Não procede a Questão de Ordem do Deputado Gabriel Manoel.

O SR. LÚCIO MACHADO — Obrigado, Sr. Presidente.

E sobre aquela estrada, queremos lembrar que a justificativa do Sr. Governador ao vetar projeto dessa natureza, não se concebe. Porque o DER de Jacarezinho, responsável por aquela região, fica, muitas vezes, com seus homens e máquinas parados por falta de serviço. Inclusive agora, que estradas de terra com uma distância de aproximadamente 100 km foram asfaltadas, ficando, desse modo, o equipamento do DER de Jacarezinho, às vezes, semanas inteiras sem nada fazer e os seus funcionários completamente parados.

E S. Exa. o Sr. Governador do Estado, veta projetos desta natureza, dizendo que vêm onerar a economia do Estado e “na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 28, ambos da Constituição Estadual”.

O que se deve fazer para o desenvolvimento administrativo de um Estado como este, é aproveitar o potencial que existe e sua mão-de-obra, para o trabalho, e não vetar projetos de lei desta natureza que busca, que procura, resolver um problema que é de todo o Paraná.

Justificando, Sr. Presidente, meu voto é contra o veto do Sr. Governador do Estado.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Continua em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL — Peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

A Presidência comunica que restam apenas 5 minutos para discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não quero provocar celeuma sobre o problema, porque, achamos que o Governo deve fazer estradas e conservar todas as estradas do Paraná.

Apenas gostaríamos de dizer ao nobre Deputado Lúcio Machado que S. Exa. fizesse justiça quando se refere ao Norte Pioneiro. Porque, naquela região, o Governo está construindo a estrada São Sebastião da Amoreira-Santo Antônio da Platina. Inaugurou, há poucos dias, a Estrada PR-153, em convênio com o Governo Federal, que liga Ibaiti-Santo Antônio da Platina. Ainda o Governo está construindo a estrada Ibaiti-Contoingoinhas.

Portanto, o Governo Canet Júnior vem dando prosseguimento a muitas estradas do Norte Pioneiro que constam do Plano Rodoviário. E queremos convidar a todos os Srs. Deputados que vão ver a pujança do Norte Pioneiro depois da Revolução.

Estamos nesta Assembléia, Sr. Presidente, para construir, não para destruir.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Continua em discussão. — Em votação. — Rejeitado o projeto, mantido o veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 16, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 188/76.

Levanta-se a Sessão.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 1976
TERÇA-FEIRA**

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Leopoldo Jacomel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, João Cioni Netto, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (46); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão de Mattos Leão, Ernesto Dal'Oglio, José Domingos Scarpelini, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Nelson Bufara, Otássio Pereira e Wilson Fortes (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os nºs 95, 95 e 99/76, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sido SANCIONADO os projetos de lei números:

01/76: Oriundo de Mensagem Governamental nº 19/76, encaminhando anteprojeto de lei solicitando autorização para reverter ao patrimônio do município de California, as datas de terras números 5, 6, 7, 10, 11 e 12, da Quadra 15, da Planta Jardim Sant'Ana, na cidade do mesmo nome, o qual convertido em Lei tomou o número 6791. — **Agradeça-se.**

163/75: Do Senhor Deputado Hélio Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo considerar de utilidade pública o Montepio dos Servidores Municipais do Brasil, Sociedade Civil de Fins Beneficentes, com sede em Porto Alegre, o qual convertido em Lei tomou o número 6793. — **Agradeça-se.**

190/75: Do Senhor Deputado Deni Schwartz, que declara de utilidade pública, a Associação de Senhoras de Rotarianos da cidade de Francisco Beltrão, o qual convertido em Lei tomou o número 6792. — **Agradeça-se.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Deonizio Alberto Boff, ocorrido no dia 9 de junho do corrente, na cidade de Foz do Iguaçu.

O extinto era pessoa de grande relacionamento no campo industrial e social na comunidade de Toledo, e, ex-Vereador no município de Concórdia em Santa Catarina.

Seu passamento encheu de tristeza uma cidade que aprendeu a admirá-lo.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Comissões, em 15 de junho de 1976.

(a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de congratulações à Rádio Clube Pontagrossense PRJ-2, da cidade de Ponta Grossa, pela sua boa e sábia orientação radiofônica, dando condições aos seus ouvintes, bem como ao povo em geral, de manifestar livremente a sua preferência por esta ou aquela agremiação partidária, além de informar tudo o que ocorre no cenário político estadual, nacional e internacional.

Requer, outrossim, que deste dê-se conhecimento ao Sr. Diretor daquela Emissora, jornalista ALFREDO PEREIRA DE BARROS JÚNIOR.

Sala das Comissões, em 15 de junho de 1976.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja consignado em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. MÁRIO GUERRA, que foi árduo batalhador nos negócios de trânsito de nossa Capital durante longos anos.

Outrossim, requer seja dado conhecimento à família do extinto, através cópia de inteiro teor do presente.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1976.

(a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

O falecido Sr. Mário Guerra, nascido em 24 de agosto de 1909, nesta Capital, começou a prestar serviços do Departamento de Trânsito da Capital, no ano de 1939.

Desde aquela data até o ano de 1968 prestou ele relevantes serviços à comunidade no setor de trânsito, acompanhando de perto, a transmutação política de nosso País, inclusive em seus momentos mais críticos, ocasião em que continuou lutando e batalhando ardorosamente para que o Departamento a que servia não sofresse alterações em razão das mudanças pelas quais passamos.

A sua dedicação, dignidade no desempenho do seu cargo, foram reconhecidas por outros antes de nós, aqui mesmo, nesta Casa Legislativa, quando em sessão de 14 de fevereiro de 1968, foi consignado em Ata dos trabalhos daquela sessão, um voto de louvor pelos seus relevantes serviços.

Assim sendo, solicitamos aos ilustres Pares o apoio ao presente, que visa consignar em Ata dos trabalhos desta sessão, um voto de pesar pelo falecimento de tão digno e grande batalhador que o serviço público paranaense já teve em seu quadro de funcionários.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JOSÉ ELEUTÉRIO DA SILVA, ex-Prefeito interino e ex-Vereador da cidade de Santo Antônio da Platina e integrante de tradicional e estimada família daquela cidade.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, bem como à Câmara de Vereadores da cidade de Santo Antônio da Platina.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1976.

(a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Ocorreu em Arapongas, no dia de ontem, o falecimento da provecta e ilustre senhora Corina Pugliesi, há longa data ali residente.

O fato trouxe consternação à sociedade local, pois além de desfrutar de grande estima pessoal, Dona Corina é progenitora dos Drs. Carlos Pugliesi Júnior, Célio Pugliesi e Perseu Pugliesi, antigos e prestigiosos elementos daquela sociedade, bem assim do atual prefeito municipal de Arapongas, Dr. Waldyr Ortêncio Pugliesi.

Em razão do exposto, o Deputado Estadual infra-assinado, com assento nesta Casa, requer ouvido o Plenário, seja consignado em Ata, um voto de pesar pelo infausto acontecimento, dando-se do ato conhecimento aos familiares supracitados.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1976.

(a) MUGGIATI FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, preferência na discussão e votação, em 2º turno, para o Substitutivo Geral oferecido pela Comissão de Finanças ao Projeto de Lei número 19/76.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1976.

(a) FABIANO BRAGA CORTES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Obedecendo normas regimentais, o Deputado que o presente subscreve, requer com aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Senhor Governador Jayme Canet Júnior, solicitando que Sua Excelência determine estudos de viabilidade econômica e, sobretudo de viabilidade social, com imediata ordem de serviço para o alargamento das estradas FORTUNA, localizada no município de Altônia e PICADÃO, localizada no município de Terra Roxa e, a abertura de aproximadamente 800 (oitocentos) metros, que é o trecho que falta para unir as duas estradas, ligando esses dois prósperos municípios.

A ligação que pretendemos irá ultrapassar o Rio Piquiri, mas não haverá problemas para instalação da Balsa de travessia, pois são vários os interessados em construir e explorar o serviço.

O fundamental é que a possibilidade de tráfego nesse local irá encurtar em aproximadamente 35 quilômetros o percurso atualmente feito pelo povo que reside naquela região para chegar à Terra Roxa do Oeste. É ainda dramaticamente agravante a distância de 12 (doze) quilômetros, que se anda para tomar o ônibus que faz a linha ALTÔNIA-TERRA ROXA.

Acreditamos que o Governador atenderá tal reivindicação pelas características de justiça e legitimidade que ela se reveste.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário da Casa, seja enviado ofício ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER), solicitando providências urgentes para a recuperação da estrada que liga Bairro Alto à Antonina, no trecho da Usina Hidrelétrica "Governador Parigot de Souza", à localidade de Bairro Alto, no município de Antonina.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1976.

(a) ADALBERTO DAROS

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Bairro Alto, no município de Antonina, próximo à Usina Hidrelétrica "Governador Parigot de Souza", está correndo o risco de ficar sem os Serviços de Transportes Coletivos, dado as péssimas condições da estrada de acesso àquela localidade.

Nesse sentido, para que toda uma comunidade não venha a ser prejudicada, apelamos ao DER, no sentido de recuperar, com urgência, aquela estrada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que determine a reparação da Estrada do Cerne, que liga Curitiba ao Norte do Paraná, no trecho de Santa Felicidade até Batéias, cujo trecho encontra-se em precaríssimas condições de tráfego.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1976.

(a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

A Estrada do Cerne, que liga esta Capital ao Norte do Paraná, é uma das rodovias pioneiras de nosso Estado, e embora no passado tenha sido a única que nos ligava ao Norte, ainda hoje, tem servido de acesso.

Entretanto, o tráfego, principalmente no trecho de Santa Felicidade a Batéias, encontra-se em precaríssimas condições, em especial, nas ocasiões de chuvas, em que o barro dificulta, chegando mesmo a impossibilitar o transporte por aquele trecho.

Assim sendo, faz-se necessário que se tomem medidas urgentes no sentido de que aquele trecho seja reparado, tornando possível o tráfego pelo mesmo.

Desta forma, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e conseqüente aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer ouvido o Plenário, o envio de expediente à COPEL, encarecendo ao engenheiro Arturo Andreolli, a necessidade de possibilitar aos maringenses residentes na zona "Vinte e Nove", da vila Lili, no quarteirão [localizado] no cruzamento das ruas Botafogo e Paraíso; a segurança e o conforto proporcionado pela energia elétrica.

Aproximadamente uma dezena de residências, localizadas naquele quarteirão, estão às escuras, uma pequena extensão de rede, que não irá além de 200 (duzentos) metros e porporcionará o melhoramento que a nossa gente deseja, cujo porta-voz, o cidadão Sebastião Ferreira de Oliveira, qualifica de extraordinário e fundamental na grande Maringá.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, usando de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, representarem a bancada arenista desta Casa, no Simpósio sobre Política Rural — “O Homem e o Campo”, promovido pela Fundação Milton Campos a realizar-se no Congresso Nacional em Brasília, nos dias 22 a 25 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1976.

(aa) LÁZARO DUMONT
LUIZ ROBERTO SOARES

JUSTIFICATIVA:

No Brasil cerca de 40% de sua população, a despeito do acelerado processo de urbanização, vive e trabalha no campo. Esse fato, por si só, justifica a atenção que se deve conferir ao setor agropecuário e explica a necessidade de se promover amplo e exaustivo debate em busca de soluções para a multiplicidade de problemas que envolvem parcela tão significativa da população: seja quanto à questão fundiária, às relações de trabalho prevalentes no campo, às diferentes modalidades de incentivos e controle governamentais, à preservação do meio-ambiente, e, até mesmo, quanto ao inter-relacionamento rural-urbano.

No obstante o importante papel que as atividades agropecuárias desempenham no contexto da economia mundial, inexistente, ainda, uma teoria sobre a economia agrária capaz de induzir à apreensão de conhecimentos sistemáticos e de minimizar as discordâncias que perduram relativamente ao setor. Essa constatação é particularmente verdadeira no caso brasileiro, onde ainda não se chegou sequer a um consenso quanto à maneira como devem ser ocupadas as áreas virgens — particularmente a Amazônia.

Ademais, importa considerar a grande potencialidade do País para a agropecuária e os sensíveis reflexos que as medidas no setor primário são capazes de ensejar, não só na busca do equilíbrio como de nosso balanço de pagamentos, como também pela incorporação de significativos contingentes da nossa população ao mercado interno.

Esse simpósio adquire relevância especial na medida em que dá seqüência ao anteriormente promovido pela Fundação, intitulado “O HOMEM E A CIDADE”, e do qual decorreu a necessidade de, também, analisar o interrelacionamento dos dois setores.

Contando com a participação de políticos, técnicos, de empresariado privado, de entidades governamentais, órgãos de classe e de universidades e instituições de pesquisa, a Fundação MILTON CAMPOS, ao realizar, no período de 22 a 25 de junho p. futuro, um simpósio sobre o problema rural, estará exercitando uma das suas principais finalidades, qual seja a de patrocinar o estudo e a reflexão crítica de aspectos da realidade brasileira.

Considerando a relevância do referido simpósio, é justo que o Poder Legislativo do Paraná através da bancada arenista se faça representar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios ao Excelentíssimo Senhor Doutor Jayme Canet Júnior, DD. Governador do Estado, ao Excelentíssimo Senhor General Alcindo Pereira Gonçalves, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Excelentíssimo Senhor Doutor Gastão de Abreu Pires, DD. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, solicitando seja expedida RESOLUÇÃO NORMATIVA para esclarecer dúvidas geradas pela redação do artigo 86 da Lei número 6417, de 03 de junho de 1973 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado do Paraná).

JUSTIFICATIVA:

O mencionado dispositivo legal preceitua:

“Art. 86 — O Oficial que contar com mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço, quando transferido para a inatividade terá o cálculo de seus proventos referidos ao soldo do posto imediatamente superior, de acordo com os artigos 84 e 89 deste Título, se em seu Quadro ou Corpo existir em tempo de paz, posto superior ao seu.

Parágrafo único. — O Oficial PM nas condições deste artigo, se ocupante de seu Quadro ou Corpo da ativa, em tempo de paz, terá o cálculo dos proventos referidos ao soldo do seu próprio posto aumentado de 20% (vinte por cento).”

O Artigo 117, daquele mesmo estatuto prevê:

“Art. 117 — Aplicam-se as disposições do presente Código aos Policiais Militares que se encontram na inatividade remunerada”.

Acontece que, depois da vigência desse Código, 3 militares reformados no posto de Major e os pensionistas de um oficial em idêntica situação, já falecido, não estão percebendo as vantagens previstas pelo artigo 86 da Lei número 6417/73.

Esse fato, jurídica e administrativamente, vem gerando uma situação singular e que poderá ser facilmente corrigida, pois, reformados no posto de Major e conservando todos os direitos e prerrogativas do posto, esse militares de nossa Polícia Estadual vêm percebendo proventos de inatividade MENORES do que aqueles que estão sendo pagos aos Capitães da mesma turma, beneficiados pelo artigo 86 em tela.

Se a legislação anterior permitia a promoção do militar por ocasião da sua reforma, esse particular não pode, “data vênien”, ser levado em consideração para que se congele os proventos de inatividade dos três Majores e se diminua o valor da pensão paga à família de um deles, já falecido.

Reformados por tempo de serviço, os militares não podem ser rebaixados, conservando, inclusive, como já ponderamos, todos os direitos, honras, regalias e vantagens inerentes ao Posto ao qual foram promovidos.

Hierarquicamente, sem qualquer demérito para os Capitães da mesma turma, torna-se anômala a situação gerada pela não aplicação do artigo 86, permitida, “a priori”, pelo artigo 117 da mesma Lei, àqueles militares reformados no Posto de Major.

Levadas em consideração essas ponderações, cremos que o problema poderá encontrar solução através de Resolução Normativa expedida pelos órgãos competentes da administração pública, que assim procedendo, estará consagrando um tributo de respeito à lei, proclamando o mais sadio comportamento de justiça e afastando interpretações iníquas.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja designada uma Comissão de Deputados, para representar a Assembléia Legislativa do Estado, no simpósio sobre política rural que a Fundação Milton Campos fará realizar no período compreendido entre 23 a 25 do corrente, no Palácio do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1976.

(a) FUAD NACLI

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Propus à apreciação deste egrégio Plenário, nos trabalhos

do dia de hoje, dois requerimentos, um dos quais encarecendo ao TRE, solicitando ao TRE, que encomende o papelório de qualificação e transferência de títulos eleitorais.

A comarca de Cascavel que abrange, hoje, já além dos municípios de Corbélia e Catanduvás, ficou com o encargo eleitoral antecipado, de mais Leônidas Marques.

Só em Cascavel, a partir do mês de março, se fez quase 10 mil títulos, até esta data.

Só em Cascavel...

Seria justificável que S. Exa. o Sr. Presidente do TRE remetesse à comarca de Cascavel todos os papéis necessários para a qualificação e transferência de títulos, e, solicito aos Srs. Deputados o consenso unânime de votos, a favor daquele requerimento.

Por outro lado, o segundo requerimento já foi lido na Hora do Expediente, requerimento que deve ser endereçado a S. Exa. o Sr. Governador do Estado e aos Srs. Secretários da Segurança Pública e Recursos Humanos (Lê):

“Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Desembargador ZEFERINO MOZZATO KRUKOSKI, DD. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, encarecendo-lhe providências urgentes no sentido de que seja remetido para o município de CASCABEL o material necessário para qualificação e transferência de eleitores.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1976.

JUSTIFICATIVA:

O desenvolvimento do OESTE PARANAENSE, principalmente da região abrangida pela comarca de CASCABEL, é fato notório e incontestável.

O crescimento da população eleitoral do município cascavelense apresenta índices dignos de registro, fato que pode ser comprovado pelos boletins mensais encaminhados pelo Juízo Eleitoral daquela comarca ao egrégio Tribunal Regional Eleitoral.

Todavia, em que pesa a contínua elevação da população daquela comunidade, motivada pelos atrativos de ordem econômica e de oferta de novas frentes de trabalho que surgem dia a dia, acompanhando seu invejável progresso, a Justiça Eleitoral não está conseguindo acompanhar esse ritmo, por falta do material necessário para que se proceda a qualificação e transferência de eleitores.

Daí nosso apelo, no sentido de que sejam remetidos os formulários próprios para que Cascavel possa situar-se oficialmente entre os maiores núcleos eleitorais de nosso Estado, objetivo que virá ao encontro do incessante trabalho do TRE visando mostrar pelos números de sua estatística a grandeza do nosso Paraná.

Por outro lado, nota-se que só no município de CASCABEL, que no início do ano contava com aproximadamente 42.000 eleitores, no final de abril já alcançava os 45.649, para atingir em 24 de maio a expressiva soma de 48.256 qualificados.

Afora o Município sede, CASCABEL atende ainda CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, CATANDUVAS e CORBÉLIA, o que duplica a demanda, merecendo, “data vênica” especial atenção.”

Faço este apelo, peço e conclamo a todos os Srs. Parlamentares para que votem favoravelmente este requerimento por ser objeto da mais sã justiça, uma vez que, os referidos militares, são vítimas de uma interpretação duvidosa e errônea.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Jurandir Messias

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “O mercado dos produtos petroquímicos no Brasil projeta um crescimento vertiginoso nos próximos anos.

A expansão de artefatos de borracha está vinculada ao aumento da renda e à alteração dos hábitos de consumo, que reclamam o uso e bens provenientes da tecnologia em substituição de produtos tradicionais.

Como peça chave desse mercado surge a borracha por figurar dentro de um grupo de materiais que inclui ainda os metais, concreto, plásticos, fibras, madeira e vidro - suporte natural para a tecnologia mais avançada dos nossos tempos.

A experiência demonstrou que independentemente do fastígio tecnológico da nossa década o produto sintético ainda não foi capaz de assumir o papel desempenhado pelo natural em várias manufaturas vitais para o desenvolvimento econômico dos povos.

Atualmente, quase dois terços da borracha utilizada é produzida pelo homem.

O restante é oriundo de borracha natural, conseguida mediante a plantação em regiões do Sudoeste Asiático, África Oriental e América do Sul.

Depois de tornar-se o maior produtor mundial de borracha vegetal, o que ocorreu em 1911 - o nosso País não voltou mais a demonstrar interesse para manter invejável posição no plano internacional.

Somente em 1975, com a expansão do parque industrial, a produção de artefatos de borracha revelou um ligeiro avanço de 20 por cento e, por esse modo, permanecendo num segundo plano.

Até o final do século passado, todo o suprimento mundial consistia de borracha silvestre obtida pelos seringueiros, nas margens do lendário Amazonas.

Agora, o Governo Federal passou a estudar a execução de um plano de ambição - PROBOR, capaz de alcançar a auto-suficiência do suprimento do mercado interno até 1985, quando o Brasil estará em condições de consumir quase 200 mil toneladas de borracha natural.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para colimar semelhante objetivo será indispensável o plantio de 200 mil hectares de seringais, com investimento global de 4 bilhões e 90 milhões de cruzeiros.

Uma série de medidas corajosas estão sendo adotadas com o fito de aumentar a produtividade dos seringais presentemente em exploração.

Já teve início a campanha de combate ao “mal das folhas” nos seringais de cultivo do sul da Bahia, onde a redução da incidência torna-se cada vez mais satisfatória.

Enquanto isto, o nosso País ocupa um lugar de mais elevada participação de sintéticos no consumo global de elastômeros, com a indústria de sintéticos em franco crescimento.

É excessivamente importante ser a borracha natural o principal elemento na fabricação de pneus para caminhões como ocorre com o nosso País, onde dois terços de transporte de carga são realizados por rodovia.

Ademais, foi esse fator que inspirou o Governo Federal a criar, por intermédio do Decreto Lei 1232 de 17 de julho de 1972, o seu plano de ambição à produção de borracha natural.

A infra-estrutura já começou a mobilizar equipes de alta peritagem totalizando 163 agrônomos e técnicos-agrícolas, designados para 33 áreas de ação.

Eles dispõem de 52 veículos e embarcações, além de equipamentos sofisticados e, sobretudo, recursos próprios no montante de 2 milhões de cruzeiros.

Como se vê, trata-se realmente de uma meta ambiciosa em prol do desenvolvimento nacional”.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, terceiro orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sábado passado, minha cidade perdeu um dos seus mais autênticos pioneiros, José Eleotério da Silva, fazendeiro, agricultor, homem que teve uma participação efetiva no desenvolvimento de minha comunidade.

Terminada a sua trajetória na face da terra, deixou uma prole avantajada, deixou sem dúvida uma folha estórica de trabalho, para a comunidade platinense.

Nesta oportunidade apresentaremos à Mesa um requerimento de voto de profundo pesar pelo passamento daquele platinense, daquele homem cujo pioneirismo tem se destacado durante a sua existência na minha comunidade.

E pedimos à douta Mesa que, aprovado o requerimento, dê conhecimento aos seus familiares.

O requerimento está vasado nos seguintes termos: (Lê)

“Senhor Presidnete.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja apresentado um voto de pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ ELEOTÉRIO DA SILVA, um dos grandes pioneiros de Santo Antônio da Platina.

Outrossim, requer ainda, se aprovado o presente requerimento, seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1976”.

Era só, Sr. Presidente, Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao

Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, quarto orador inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos entrando na tarde de hoje com um requerimento a esta Mesa Executiva e ao Plenário para sua aprovação de um voto de congratulações a uma das emissoras de nossa cidade, a PRJ-12, Rádio Clube Pontagrossense, dirigida por um amigo nosso, adversário político, homem que se identifica com a ARENA, em nosso município, pertencente à Diretoria Municipal e à Mesa Municipal do Partido, homem que caracteriza aquele bom arenista, e que orienta a sua emissora numa imparcialidade no que concerne, principalmente, a ouvir e escutar a opinião do povo de Ponta-Grossa.

Motivado que foi pelo Governo do Estado, numa pesquisa em termos estaduais neste Estado, feita por um instituto de São Paulo; motivado que foi pela omissão daquele resultado ao Paraná, a Ponta-Grossa conseqüentemente; motivado que foi pela proximidade das próximas eleições de 15 de novembro, aquele Senhor Diretor desta emissora, Barros Júnior, instituiu na sua programação radiofônica, um programa que leva o título “Pesquisa Eleitoral”, da Rádio Clube Pontagrossense.

São dois senhores repórteres daquela emissora, que saem a todos os quadrantes da cidade, a todas as indústrias, aos bairros, enfim, a ouvir a população de Ponta Grossa para, de viva voz, através de seus municípios, dar a condição real e concreta de como se encontram as vontades para as próximas eleições.

Não é num sentido individual.

As perguntas são dirigidas de uma forma que não venha a comprometer aquela emissora ou determinado candidato extemporâneo.

A pergunta é dirigida assim: se a eleição do Prefeito Municipal de Ponta-Grossa fosse realizada no dia de hoje, a vossa pessoa votaria na ARENA ou no MDB?

Os resultados - já há mais de duas semanas essa pesquisa está sendo iniciada - são divulgados diretamente através do grande jornal falado “Hermes Macedo”.

Diariamente lá estão identificados, através das gravações, posteriormente catalogados e arquivados dentro do Departamento Jornalístico dessa emissora, os resultados das pesquisas, aferidos dia a dia, numa mostragem a qual o Governo não entende porque não quer entender, uma mostragem pública daquilo

que nós vemos, que nós cremos e que nós vivemos, que só alguém do Governo não quer viver, crer ou sentir e que nós vemos, naquela imparcialidade, o resultado concreto, real e objetivo da aspiração do povo de nossa cidade.

E não é por satisfação.

Fosse o resultado mesmo adverso à nossa agremiação política; fosse o resultado adverso ao partido que nós pertencemos, nós estaríamos com a mesma proposição e dar a esta Mesa Executiva e a este Plenário um voto de congratulações a esta boa iniciativa em termos municipais, onde demonstra que ainda mesmo nos dias de hoje, temos homens que, decentemente, orientam órgãos de divulgação e transmitem os resultados pesquisados na sua íntegra.

Os resultados até o dia de hoje, mais particularmente, dia 15 de junho de 1976, demonstram a mesma vontade do povo de Ponta Grossa auferida em 1974.

Dá uma margem ao nosso Partido, Movimento Democrático Brasileiro, através desta pesquisa, de 70 por cento da votação no Partido Movimento Democrático Brasileiro, restando à Aliança Renovadora Nacional, 30 por cento de sua preferência.

O que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para nós que dirigimos, em termos municipais, que somos o seu Presidente, lá do MDB, para nós, além de ser um motivo de orgulho, é para esta Casa e para o Paraná, a ratificação do resultado por este Deputado alcançado de mais de vinte mil votos em uma só comuna paranaense; comuna esta, respeitada em todos os sentidos, que muito contribui para este Estado e para esta Nação; como, também, uma respeitabilidade política ao nosso ilustre adversário com assento nesta Casa, adversário leal, Deputado David Federmann.

E, nesta somatória, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que nós trazemos a este Parlamento, que em Ponta Grossa ainda continua aquela configuração de 1974, qual seja, a ratificação, na próxima eleição, e que será levado, nesse próximo pleito, será levado o homem do Movimento Democrático Brasileiro, àquela Prefeitura.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Deputados.) (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Domício Scaramella, no Grande Expediente.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Tem a palavra pela ordem.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, solicito a fineza do procedimento da chamada nominal dos Srs. Deputados, porque parece que não há 18 Srs. Deputados presentes para funcionamento desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Deferido o requerimento, o Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Responderam à chamada, mais de dezoito Srs. Deputados; Prossegue-se a sessão.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“A quadrilha de bajuladores do Presidente da República que tanto melhor prospera quanto, mais queima incenso investiu furiosamente, contra mim, derramando a baba de sua peçonha”.

Faço um apelo à Câmara, como uma Instituição coletiva, e aos Deputados, individualmente.

Não temam, não se impressionem, não dêem a menor importância às pressões que por aí se organizam.”

“Srs. Deputados, se o General Osvaldo Alves, se o Exército do General Osvaldo Alves fechasse a Câmara; o Exército do General Peri Belvaquia; o Exército do General Nelson de Melo estaria aí pronto para reabri-la”.

“A sentença se fundamentou numa Lei iníqua do Estado Novo, a chamada Lei de Segurança, que, como alguém já disse, é uma espécie de cadáver do insepulto da ditadura”.

“Enquanto a Lei de Segurança estiver de pé, a democracia do Brasil não ficará segura”.

Tais frases, de ética Parlamentar duvidosa, mas característica de um período deste País, foram ditas pelo atual Ministro Armando Falcão, em diversas oportunidades nos idos de 1963.

Sobre o assunto, o Deputado Alencar Furtado num pronunciamento de algum tempo atrás, afirmou: Com tais afirmativas poderia o seu autor ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional de ontem, Decreto-Lei 431, e 18 de maio de 38, ou na Lei de Segurança Nacional de hoje, Decreto-Lei 898 de 29 de setembro de 69.

Mas não foi punido.

Não apenas em razão do respeito que o Governo devotava, ao exercício do mandato do parlamentar, mas também porque, em verdade o Sr. Armando Falcão, então Deputado Federal e responsável por tais afirmativas se acusava poderia provar, e se falava é porque lhe asseguravam a inviolabilidade da opinião, da palavra ou do voto, e assim, desempenhava regularmente o seu mandato.

Quando homens eminentes desta República redescobrem o Brasil de antes de 64, redescobrem nomes e vultos da História até pouco proibidos de serem nomeados, é oportuno que nós, que estamos vivendo o momento político de 76, tenhamos também a coragem e a liberdade que teve o atual Ministro da Justiça.

Vejam os Srs. Deputados a diferença de situações.

Ontem, um parlamentar gozando de imunidades da tribuna do Congresso Nacional, dizia palavras e repetimos, de ética parlamentar um tanto duvidosas, mas de coragem invulgar.

E como ocorre hoje? O político com vergonha de admitir que é político.

As Casas Legislativas vazias, os cargos públicos sendo ocupados pelos menos capazes, por que?

O político tem sido constantemente acusado de corrupto ou de subversivo.

Somos políticos.

Devemos defender a nossa situação.

E para isso, antes de mais nada é necessário que tenhamos condições morais para dizermos e com orgulho que somos políticos e a nós cabe a Administração, a orientação desse País que ainda é nosso.

Como vive o Brasil de hoje?

Leio, magoado e preocupado, porque não só o nosso partido como o partido do Governo está vivendo dias de amargura.

E é triste para nossa classe política que deveria ser a essência deste País, ter de ler, num jornal dos mais conceituados o jornal “O ESTADO DE SÃO PAULO”, do dia 11 de junho deste ano, uma manchete como esta:

“Conseguir candidatos, o dilema da ARENA gaúcha”.

Como político talvez, devêssemos estar vibrantes, porque o partido, nosso adversário, está em dificuldades.

Ao lado, o Governador Paulo Egídio diz o seguinte:—

“Egídio admite dificuldades” e no texto: admite que “perderá as eleições em São Paulo”.

Srs. Deputados, numa só página de um jornal, vejo duas manchetes que envergonham a classe política brasileira e aqueles que detêm um sistema em suas mãos, se forem conscientes.

Mais abaixo, vemos um empresário da pequena cidade

de Gramados, a se negar ao apelo do Sr. Presidente da República, de ser candidato a Prefeito daquela cidade.

Comparem, Srs. Deputados, as duas situações.

Está no momento em que os homens responsáveis deste País, repensem na situação brasileira. “Porque não se encontram candidatos no Rio Grande do Sul”.

É o próprio jornal e o próprio Presidente da ARENA daquele Estado, o Estado mais politizado deste País que diz:

“Os políticos já conhecidos por suas administrações anteriores, não aceitam o convite para disputar novamente a Prefeitura; os profissionais liberais mais jovens que poderiam representar o surgimento de novas lideranças, alegam que não podem abandonar sua clientela em fase de formação.

Os empresários chegam até a ser mais rudes e dizem que não vão perder dinheiro; e os nomes de menor expressão não querem arriscar seu prestígio num ano em que os prognósticos não são favoráveis”.

Srs. Deputados, em que país vivemos em que o seu povo, os homens deste mesmo povo, rejeitam os cargos mais dignificantes que são os cargos de chefia, os cargos de Vereador às Câmaras Municipais?

E por aí afora. Talvez amanhã esta Nação tenha até de engulir uma recusa de alguém convidado a ser Presidente da República.

Srs. Deputados, talvez como partidário que somos, devêssemos estar vibrando por estas manchetes, mas temos a certeza de que se nosso Partido for vitorioso, isso poderá representar uma vitória de Pirro, vitória que não levará a nada, vitória que não representará nada do que nós precisamos em termos de Brasil.

O Sr. Gabriel Sampaio — V. Exa. permite um aparte? (assentimento).

Nobre Deputado Deni Schwartz, acompanho o raciocínio de V. Exa. desde o início do discurso que V. Exa. profere, na tarde de hoje.

E encontro, no tema que V. Exa. aborda, um assunto supra-partidário, ou extra-partidário, uma vez que são as faltas, são as ausências de quadros, que, no momento de uma eleição municipal afloram, como um dos principais dilemas, um dos principais problemas político-partidários.

V. Exa. disse muito bem quando abordava comentário feito no jornal “O ESTADO DE SÃO PAULO”, que dentro das classes das personalidades municipais que teriam as maiores condições para dispor, para disputar cargos eletivos que, diga-se de passagem, é a maior honraria que pode ter um cidadão, disputar um cargo eletivo e, se eleito, dirigir sua comunidade.

Evidentemente, temos exemplos de sobra, quando observamos, nas rodas festivas, as críticas duras, ásperas e, muitas vezes, injustas, que se fazem à classe política.

Porque, é nesses momentos, normalmente, em redor de bebidas, em rodas de alegrias, em rodas de discussão amena, que aparecem as críticas às Câmaras de Vereadores e aos Executivos Municipais.

Porque, criticar é muito fácil.

Existe uma frase muito conhecida que diz: “quem não participa não tem o direito de criticar”.

E sempre digo, quando tenho oportunidade: “por que você não é candidato?”.

É uma frase que sempre coloco nessas discussões.

E as respostas são, mais ou menos feitas em clichês, como os que V. Exa. acaba de ler: “não posso perder dinheiro”, “minha clientela não permite”, “minha família não quer”.

Será, nobre Deputado, e essa é uma pergunta que ficaria a nós todos, homens públicos, será que acabou o desejo, inato no homem, inclusive, que é um ser político?

Porque, dificilmente, acredito nas pessoas que dizem que não gostam, que não são políticas.

Nós todos convivemos numa sociedade, isso faz parte do homem, somos pessoas que convivem em sociedade.

Então, quais seriam as razões, Sr. Deputado desse abandono?

O que mais nos constrange, o que mais nos preocupa, o que mais salta à vista, é que, principalmente os mais jovens, a classe dos 25-30 anos, que está se negando a participar da disputa da vida pública.

Que aconteceu para que as vocações democráticas, vocações mais legítimas, tivessem se apagado, neste País, ou, pelo menos, diminuído, diminuído em grande parte?

Acho, sempre achei e já disse nesta Casa: foi na minha Faculdade de Direito, foi na minha escola, que iniciei, com os companheiros Enéas Faria, Accioly Neto, Fidelcino Tolentino, quando tivemos o prazer e a honra de partilhar, foi nessa época, que iniciei minha vida política. Quando passávamos madrugadas inteiras fazendo cartazes, reuniões, assembléias, enfim, participando ativamente de assuntos de nossa escola, de nosso País, e do mundo. Tínhamos uma vida intensa.

E foi lá, em sua escola, Deputado Deni Schwartz, que V. Exa. também despontou, teve o tempero, a formação necessária para vir a essa tribuna. Mas, nobre Deputado, temos sobretudo, a sensibilidade das aspirações populares, que é o que, naturalmente, nos levou, à vida pública, que nos levou, talvez, a pagar um preço alto, um ônus muito grande, porque hoje participamos ativamente, como participamos, do mundo político, pagamos um preço que muitas vezes não é entendido.

Mas, tivemos essa formação, nobre Deputado, e é por isso que muitas vezes nós citamos e tocamos no famoso assunto 477, Decreto. Não sei, Sr. Deputado, até que ponto, realmente, este Decreto afogou as aspirações políticas dos estudantes universitários. O que sei é que realmente hoje, nas Faculdades, a vida política universitária é quase nenhuma, comparada há uns tempos atrás.

Citei um exemplo e vou repetir hoje. Dando aulas na Faculdade de Direito da Universidade Estadual de Maringá, vi o Diretor daquela Faculdade baixar uma nova Portaria, prorrogando o prazo de inscrição de chapas para o Diretório Acadêmico de Direito daquela Faculdade.

Suspendemos a aula que proferiríamos naquela noite, para conversar e trocar idéias com os alunos do 5º ano daquela Faculdade, botarmos assim, de forma violenta talvez, toda aquela sensação negativa que sentimos, naquela oportunidade em que era necessário que o Diretor prorrogasse o prazo de inscrição de chapas, porque até aquela data aprazada, não tinha uma chapa sequer, se inscrito, para disputar a Diretoria do Centro, nos tão combatíveis Centros dos Cursos de Direito de onde sempre lideranças emergiram.

Portanto, é com muita satisfação que vemos V. Exa., um democrata, um homem público, nessa tribuna, nesta tarde, abordando justamente o assunto que nos diz respeito a todos, a todos de uma forma geral; e eu gostaria de colocar o diálogo como V. Exa. colocou, acima desses fictícios partidos políticos que vivemos hoje. -

O SR. DENI SCHWARTZ - Agradecemos o esclarecedor aparte do nobre Deputado Gabriel Sampaio, que com seu aprendizado político, desde a Faculdade, conhece como ninguém os problemas trazidos por uma legislação de exceção.

Convencionou-se, e muitas vezes, da tribuna desta Casa, se falar sobre 64 como um marco histórico deste País. Não tão jovem, mas também não tão velho para ter participado de política antes de 64.

Parece-nos ser chegado o momento para que procuremos solução para este País. 64, se realmente é um marco, deverá ser repensado por todos nós, uma vez que não sabemos, mas parecesse ter iniciado ali, ou talvez antes de 64, um trabalho extremamente diligente, no sentido de desmoralizar o político brasileiro e cujas finalidades a minha ignorância não tem permi-

do alcançar. Ficamos : a nos perguntar se este escalonamento na desmoralização do homem político brasileiro não está ligado aos grandes grupos econômicos do mundo, e não somente em relação ao político brasileiro, para colocar nas Assembléias, nos Congressos, nos cargos de chefia do Executivo e, também, do Judiciário elementos que se vergam, mais facilmente, aos interesses internacionais.

A grande República do Norte, os Estados Unidos, vive, de alguns anos para cá, em constantes crises.

São vigiados aqueles homens, aqueles Deputados e aqueles Senadores de perto.

O político brasileiro vejam, somem as vezes em que o político brasileiro é levado para os jornais, para as manchetes pelo seu lado ridículo. Em razão dessa desmoralização nós, também, vamos cansando, os Legislativos vão sendo esvaziados e o domínio político econômico se torna mais fácil.

Por isto, um dos motivos talvez, esteja em elementos que, inocentemente, tacharam todos os políticos de corruptos e de subversivos.

Vocações que estavam se formando numa balbúrdia antes de 64, vamos admitir, mas que estavam se formando num caldeirão, foram tolhidas.

Os corruptos que existiam foram cassados, mas o povo não ficou sabendo que suas cassações eram por corrupção; elementos idealistas cassados foram confundidos como corruptos. Não se lhes deu sequer o direito de defesa.

Essa sistemática e demoralização, acredito anteceda a 64 e, talvez, seja uma das razões.

As Leis de Exceção tão execradas por todos, inclusive por aqueles que detêm em suas mãos os poderes para usá-las, os próprios Presidentes da República não têm podido estirpá-la, da vida brasileira.

Está aí o AI-5, combatido por todos, mas em pleno vigor. E seu filho dileto, o 477, tão bem lembrado, a descaracterizar a nossa juventude, seio fecundo de novas lideranças.

Nos tumultos de antes de 64, lembramos que havia o debate e vamos citar um exemplo desta Casa.

Um elemento presente a quem prezamos muito, o próprio Líder do Governo não teve medo, em 57 para, junto com outras lideranças do Sudoeste, se levantar e ir ao microfone de uma rádio e concitar a população a se rebelar contra um Governo que vinha cometendo arbitrariedades.

Não teve medo, não teve medo de combater e graças a isso exerce uma liderança naquele Sudoeste.

Mas, nem por isso foi cassado, nem por isso foi punido como não foi o Sr. Armando Falcão que, em 63, concitava até as próprias Forças Armadas, uns contra os outros conforme já foi lido.

Este é outro fator, o medo, que hoje está no consciente ou no inconsciente de todo aquele que poderia vir a ser Prefeito de Gramado, ou em Quitandinha ou em Balsa Nova ou, talvez, na grande cidade de São Paulo.

É o medo, outro fator

O Sr. Enéas Faria - V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Deni Schwartz, nem mais me preocupava em apartear-lo porque realmente V. Exa. produz um incisivo e brilhante pronunciamento mais uma vez na tarde de hoje, inferindo uma das questões mais graves de nossa consciência, o nosso estudo, deve sobre ela recair. Evidentemente a angústia que está a agulhar o espírito de V. Exa. deve da mesma forma, independente e acima de partidos e, até mesmo fora da vida partidária, preocupar da mesma maneira todas as consciências voltadas para o bem da Pátria.

Queria naquele momento, eminente Deputado, dizer-lhe o que V. Exa. já está dizendo desta tribuna, que numa terra onde o intelectual sofre a mais séria pressão no sentido de abortar a liberdade, onde o cantor é emudecido, o escritor é

manietado, onde o sindicato está desvirtuado na sua finalidade, onde o movimento estudantil praticamente já desapareceu; numa terra já de há tanto com a consciência nacional limitada, ferida, oprimida pela existência da exceção é natural que viéssemos a desembocar na situação em que estamos.

Nós podíamos até rememorarmos homens e frases, momentos passados e vividos nesta terra.

O Brasil é um deserto de homens e de idéias, já se dizia aqui alhures, naquela época, o fruto daquela época, se tolheram vocações e lideranças, o Brasil passou larga parte do seu tempo a ter que ir buscar na experiência dos mais vividos, na serenidade de alguns outros, os elementos capazes de fazê-lo viver.

Parece eminente Deputado, e já o disse V. Exa., que se está diligenciando de novo o sentido de produzir um outro vazio de homens e de consciências e de idéias nesta terra.

Mas, há de se afirmar que povo algum, em momento algum, haverá de se curvar a tudo isso, haverão de existir vezes que se levantem e que se antepõem e essas vozes serão ouvidas e essas vozes semearão e essas vozes germinarão.

V. Exa. cumpre hoje, neste momento, este papel.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradecemos o aparte do nobre Deputado Enéas Faria, que como o Deputado Gabriel Sampaio, temperou na luta universitária, os seus conceitos têm trazido a esta Casa o brilhantismo adquirido nas tumultuadas, é verdade, convenções universitárias, mas de onde saíram e hão de sair, no futuro, as verdadeiras lideranças do Estado e do País.

Srs. Deputados. Falamos em vitória de Pirro de nosso Partido, pois, apesar do espírito plímpico do Sr. Governador de São Paulo ao declarar “o importante é a disputa”, não interessa ao Partido vencer da Situação semelhante vitória.

Interessa-nos, isto sim, que haja diálogo franco, porque, indiscutivelmente, vivemos num momento político social e econômico de suma gravidade no mundo todo.

Bem disse o recém falecido filósofo alemão Martin Heidegger de que “os sistemas de Governo não conseguiram avançar suficientemente para inserir em seu bojo a tecnologia moderna”.

E pensemos em relação a todos os sistemas, em todas as ideologias que existem hoje no mundo, e veremos que o filósofo está com a razão.

“E nesse dilema” termina o filósofo a sua afirmação — “a tecnologia está consumindo o homem, a técnica consome o homem”.

É para isso, Srs. Deputados, que viemos a esta tribuna no sentido de que nós, na nossa modesta posição, passemos a pensar sobre e acima dos partidos, partidos fictícios como bem disse o nobre Deputado Gabriel Sampaio, pois até em seu bojo, na sua formação estão os elementos da degradação, e quem admite isso são empresários do Rio Grande do Sul, ao se negarem a disputar eleições onde sejam usadas as sublegendas, subterfúgio de ambos os partidos, para acomodar a facções divergentes.

O Sr. Fideleino Tolentino — Deputado Deni Schwartz - V. Exa. permite um aparte?

O SR. DENI SCHWARTZ — Com todo o prazer.

O Sr. Fideleino Tolentino - Falava V. Exa. da incoerência dos homens que comandam os destinos desta Pátria.

Apresso-me em me incorporar ao seu raciocínio, que não é desconhecido dos demais parlamentares desta Casa. Louvo a sua iniciativa e lhe presto uma homenagem, a esta coragem, esse desprendimento e esse espírito cívico na vida pública.

E falo invocando até as razões do AI-1. Aliás, a Revolução surgiu quando nós éramos - nós, vários parlamentares aqui - éramos acadêmicos, e sem entender muito para onde poderíamos ir.

Alguns que naquela época se arvoraram em ser os primeiros revolucionários e que, posteriormente, foram banidos

da vida pública. Pois bem. Deixemos que isso também ocorra com tantos quantos merecem o mesmo esquecimento. Ocorre que, na argumentação do AI-1, reconhece que o povo é o princípio e o fim do Poder. O povo. E que, adianto mais em dizer, esta situação provisória apregoada desde o início mereceu a fé, a confiança e a incorporação de quantos brasileiros de bem queriam que a corrupção fosse banida da vida pública.

Entretanto, já são mais de 12 anos que nós estamos aguardando a institucionalização da ordem no País; a ordem, eu digo, de uma forma cultural — que não se façam interpretações para tirar proveito de minha fala, mas que cada um, em todos os pontos de responsabilidade, bem interpretados, interpretem também o pensamento de quantos homens de cultura que estão marginalizados da vida pública. Quantos homens que bem falam, se adiantam se socorrem com adjetivos, dizendo que não há nenhuma motivação para entrar na vida pública.

Então, a consciência e a responsabilidade, no meu entender, é que afastam os homens, talvez, até os piores, sem sentido pejorativo nem a mim, nem a meus companheiros, que faço aqui, inclusive, um reconhecimento de minhas limitações. Então falava do porquê se afastaram da vida pública. Falou o Deputado Gabriel Manoel dos tempos acadêmicos, da fé, da confiança, da responsabilidade que começávamos a trilhar na vida das escolas universitárias. Primeiro passo para o ingresso e dignificação da vida pública, porque o sentido de universalização e dimensionamento que se dá, na Universidade, aos jovens universitários, hoje impedidos até, do acesso à cultura, até muitas vezes de pesquisa e de obras, se impõe uma limitação, até o conhecimento para que galguem um melhor nível, em todos os planos das administrações, quer no Parlamento, quer no Judiciário, quer no Executivo.

Então, o conhecimento é do poder de forma que impõe limitações ao exercício das liberdades públicas; impedem esse acesso aos mais qualificados, é um ponto de vista pessoal, os mais qualificados à vida pública.

Somos, quem sabe, a minoria a enfrentar os problemas institucionais e que oferece, e quem oferece um pouco de resistência para não haver um descontrole maior da destinação do que se chama de “res pública”.

Nos Estados Unidos, é sabido, publicou, recentemente, a degenerescência, por corrupção, do Parlamento e, eu já declinei aqui o meu pensamento, que todos nós somos fruto, todos nós de uma civilização com os mesmos costumes, com a mesma formação, mesmos princípios e mesma origem. No confronto geral, somos uma família que tem os mesmos defeitos, tanto Legislativo, Executivo, como Judiciário, e faço aqui, não uma apologia, mas, ressalto a todos nós que estão neste ou naquele Poder, tentando restaurar a imagem, dignificando o homem que milita na vida pública.

Toda força, Srs. Deputados, gera uma outra força com a mesma intensidade e, quicá, essa não seja odiosa, mais do que aquela que, muitas vezes, nós combatemos, quanto mais haveríamos de combater essa que, por ventura, poderá vir. E é preciso que os homens que motivam e que detêm esta força, tenham também, consciência de que a história, no futuro, atribuirá a eles uma responsabilidade superior àquela que nós estamos procurando levantar, neste marco difícil e nesse setor da vida pública.

A intimidação, o medo, o retraimento, impõem ao povo, um comportamento de covardia, que violenta a sua dignidade maior; dignidade de pessoa humana, porque tanto se está a apregoar aqui e no Parlamento Federal, sobretudo e principalmente pelos homens da Oposição, com honrosas ressalvas dos homens que compõem o Partido do Governo.

Então desvirtua o aperfeiçoamento social, essas imposições e propicia o desapego ao bem, ao belo, ao ético e ao próprio princípio da dignidade humana. Precipitam-se os valores morais e compromete-se a cultura e a própria soberania do ho-

mem e de si mesmo e nas plenas potencialidades da sua inteligência.

A frustração, Deputado Deni Schwartz, aniquila o homem degenera seu caráter, diminui o seu espírito de luta e civismo, descrendo às vezes, de si mesmo.

A responsabilidade, dizia eu, será debitada aos homens que impõem um princípio, por muito e muito temoo já destituído. Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Deputado Fidelcino Tolentino, agradecemos o vosso aparte, ilustre como sempre, e que vem de encontro às razões pelas quais hoje viemos a esta tribuna.

Não estamos aqui com qualquer sentido de julgamento de quem quer que seja. Estamos até dispostos a acreditar que os que detêm o poder hoje, são as maiores vítimas deste estado de coisas.

Nas suas contradições transparece nitidamente este fato, de terem se tornado vítimas de uma Legislação que eles mesmos, no seu íntimo, não reconhecem como ideal.

Mas, Srs. Deputados, somos Deputados Estaduais, não salvarão o mundo; recolha-se em sua casa; são palavras, são frases que constantemente estamos a ouvir de amigos que nos mostram as nossas limitações.

O Sr. Ivo Thomazoni — Deputado Deni Schwartz, V. Exa. me concede um aparte?

O SR. DENI SCHWARTZ — Um momento.

Constantemente estamos a ouvir essas limitações e ficamos a pensar, a quem então cabe a responsabilidade de gritar, de bradar contra essas coisas?

Será que segundo o filósofo citado estamos a nos acomodar e deixando as coisas como estão para ver como ficam?

E isto está ocorrendo nos liberais do Rio Grande do Sul, nos empresários do Rio Grande do Sul, ou nos políticos mais antigos do Rio Grande do Sul; ou deveremos nós, uns e outros nos estendermos as mãos e começarmos com seriedade, com afinco, repensarmos, darmos soluções, nem que sejam para coisas pequenas e que estão ao nosso alcance?

É a velha lenda, é a velha figura de que para andar tantas milhas é necessário dar o primeiro passo.

Vamos repensar nesta Casa, que é pequena na sua ação, que tem sua ação limitada. Vamos pensar seriamente, nas razões de natureza material que não levam alguns a se candidatarem a Prefeito.

Vamos estudar um ordenado justo para o Prefeito.

Não é mais admissível que um Prefeito do interior ganhe a sexta parte do que ganha o gerente de um banco, do que ganha o Juiz, do que ganha o Promotor. O Prefeito é na cidade a pessoa mais importante.

Vamos legislar dando um pequeno passo no sentido de incentivarmos alguém a se sujeitar, a ficar quatro anos ouvindo, muitas vezes, censuras e se responsabilizando desde o homem miserável encontrado na sargeta, até as grandes decisões, os grandes contratos, sendo o homem político por excelência, que está sempre à disposição da população. Vamos repensar, Srs. Deputados, e vamos lutar para que se devolva o direito às populações das capitais, de elegerem seus Prefeitos, porque as capitais são os celeiros das lideranças.

Vamos dizer ao Governo que está errado o fato de que não há perigo para a segurança nacional, o fato de que num pequeno município da fronteira, se eleja o Prefeito; vamos começar a gritar e dizer ao Governo que a redistribuição das rendas não servem às Prefeituras, que não servem aos Estados em função dos seus compromissos. São pequenos passos que dentro dessas Casa, dessas Assembléias talvez possamos dar, para encontrarmos algumas soluções.

Tem o aparte o Deputado Ivo Thomazoni.

O Sr. Ivo Thomazoni — Deputado Deni Schwartz, inicialmente, me permita que eu lhe preste uma homenagem.

Conheci V. Exa. no início do exercício de uma profissão

que V. Exa., com mérito, a conseguiu nos bancos da Faculdade de Engenharia Civil da Universidade Federal do Paraná. E desde o primeiro contato que mantive com V. Exa., no sofrido e distante Oeste do Paraná, eu senti em V. Exa. abrigadas as mais sentidas qualidades de brasileiro afeito à luta para que a justiça se aperfeiçoasse e fosse sempre de uma forma mais humana, aplicada. E sempre admirei V. Exa., nos cargos em que V. Exa. com tanta honestidade e com tanto conhecimento, desempenhou. Posso dizer sem nenhum constrangimento, que me alinho ao lado daqueles que sempre admiraram o comportamento do homem público que é V. Exa.

E o pronunciamento desta tarde, que V. Exa. faz desta tribuna, me preocupa.

Não sei se costume ser por demais otimista em relação ao futuro de nossa terra, mas o fato é que existem números que não podem ser discutidos. Os mais otimistas afirmam que os brasileiros não mais de cinco por cento dos brasileiros, participam, vivem, lutam, trabalham, traçam rumos à política de 95 por cento dos brasileiros.

Parece até como se fora uma auto-determinação de alijamento da política, se escusam de participar das discussões, dos problemas locais, regionais, estaduais e nacionais.

E esta responsabilidade tem pesado sobre os ombros de uma ínfima parcela do povo brasileiro.

E talvez por sermos em número menor, nós que pertencemos à classe política, é que estamos sujeitos às críticas, quase sempre malevolentes e que marcam o político, como se fora ele o autor da desgraça de um povo, quando a economia sofre, quando as crises advêm.

E estamos, como sempre estivemos neste País, procurando vislumbrar um futuro melhor, no qual a classe política pudessem ter o seu lugar merecido por tudo quanto admite sofrer.

No caso que V. Exa. citou, específico de Gramado, me permitiria dizer a V. Exa. que conheço o episódio porque narrado por nosso Secretário, Nelson Marquesan, e também testemunhado pelo Sr. Geltil Bonato, que é, lá, Presidente de uma Associação chamada Frente Agrária, que o candidato com as melhores condições para desempenhar as funções de Prefeito Municipal, por questão de problemas de ordem mais particular de sua indústria, não aceitou. Mas, isso apenas, para depois estar liberto de seus compromissos para dedicar-se à Prefeitura Municipal.

Mas, Sr. Deputado, podemos generalizar. E V. Exa. conhece exemplos. Temos dificuldades, no Sudoeste, mais que em outras partes, de sensibilizar empresários, profissionais liberais, jovens e homens já vividos, para se atirarem à aventura de disputar a eleição, para Prefeito Municipal, para Vereador.

Porque dizem, e V. Exa. referiu-se com muita sabedoria, “não compensa”. Se no aspecto financeiro é até vergonhoso o que se paga a um prefeito, o que se dá ao prefeito, em termos de recursos financeiros para gerir uma administração, é realmente revoltante.

Sabe-se que existe, no Congresso Nacional, um movimento mais sério em algumas áreas do Governo Federal, para que se aumente de 20 para 30 por cento a participação dos municípios no ICM.

Mas, esse aumento também não representará a parcela necessária para que os municípios enfrentem a grande soma da responsabilidade que têm.

E eu fico a me perguntar: “Será que sou exageradamente otimista por acreditar que este Governo traçou um rumo e procura, com algumas falhas — e essas são admissíveis em qualquer sistema de governo — será que vamos atingir, a curto e médios prazos?

Acredito que atingiremos.

Fala-se demais nas medidas de exceção que são, hoje, usadas no Brasil. Agora, esse sistema foi copiado na Argentina, está sendo copiado no Uruguai. Deus queira que eles acertem, por-

que, depois de colocadas as coisas em ordem, depois de se institucionalizar os movimentos revolucionários, a partir da liberdade plena que desejamos, todos nós, Deus queira que acertem.

Foi César Pietro que afirmou em uma de suas obras que não tem nada de política: "Vive-se a regra enquanto se faz recomendar", mas, em sua impossibilidade, põe-se em prática a exceção", que, segundo velho aforismo, justifica-se o preceito geral.

Eu sou daqueles que acreditam neste País.

Lembro-me que, outro dia, um Prefeito Municipal, me disse preocupado: "Ivo, quem fica na porta do cemitério, só vê defunto passar".

É preciso que se visite também o Cartório, para se verificar o número de registro de nascimentos, de casamentos que se realizam, da multiplicação, e que se tenha um pouco de confiança neste País.

Não podemos ter confiança num futuro de paz, se não confiarmos também naqueles que dirigem os destinos desta Nação.

Fico com as preocupações de V. Exa., porque são válidas. Os conceitos que V. Exa. emitiu são altamente válidos, todavia, me permito dizer, que nós todos devemos analisar o problema sério como o que V. Exa. está analisando hoje, devemos dar nossas mãos para discutí-lo e oferecer nossa modesta participação à solução do mesmo, mas sem que deixemos de abrigar a confiança no futuro deste País.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço as referências e lembranças agradáveis dos idos de 58, quando nos conhecemos.

E desde aquela época, sempre admirei o espírito de luta do nobre líder do Governo, meu cordial adversário nas lutas políticas. Por isso, ao sair desta tribuna, me sinto recompensado na tarde de hoje, pelos apartes recebidos...

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa adverte que falta um minuto para terminar a Hora do Expediente, e lhe concede mais dois minutos para conclusão.

O SR. DENI SCHWARTZ — Obrigado. Mas, diria ao líder do Governo que, como brasileiro, eu me sinto não pessimista, poderia assim dizer, mas me sinto um tanto cansado de ouvir e ver a exceção ser a regra: de 30 a 45, 15 anos de exceção; de 45 a 64, quantos momentos de exceção tivemos e, de 64 para cá, são 12 anos de exceção.

A exceção no Brasil, infelizmente, tem sido a regra, e a culpa é de todos nós, a culpa é nossa, dos políticos. A culpa não é do motorista, não é do professor, a culpa é nossa, que somos os políticos e que, desde 1930 — não me alongo mais por não ter sido um bom aluno de história, permitimos que a exceção, infelizmente, no Brasil venha sendo a regra.

O Sr. Maurício Fruet — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Ao lado dos cumprimentos que desejávamos transmitir a V. Exa., recapitulando o brilhante discurso pronunciado nesta tarde, em que V. Exa. inicialmente analisou aspectos do Decreto 477, que há muitos anos está cortando o surgimento de novas lideranças, ao lado do AI-5 que puniu e pode punir sem defesa cidadãos brasileiros, mas, infelizmente, se Deus assim o quisesse, pudesse resolver o problema da economia nacional, ao lado das associações lítero-musicais que V. Exa. tão gentilmente apelidou de sindicatos; ao lado das pressões que se exerceram em determinados momentos da vida paranaense sobre problemas econômicos, como, por exemplo, no período em que o Sr. Haroldo Leon Peres era Governador deste Estado e que sutilmente foi feita pressão junto a determinadas empresas no sentido de que não anunciassem em determinado canal de Televisão; ao lado dos Prefeitos Municipais que são verdadeiros mendigos em busca de benefícios para suas comunidades; ao lado de tudo isto existe outro aspecto que é estarrecedor e que foi revelado por uma pesquisa pública realizada em São Paulo e na grande Porto Alegre que, tenho impressão, é do conhecimento desta Casa e que, inclusive, foi objeto de análise em editorial em alguns jornais do Brasil, em cada dez brasileiros computados, sete demonstraram ter medo de serem

presos sem culpa, face à fragilidade do instituto histórico "habeas corpus", que, em nosso País, infelizmente, não vige em sua plenitude.

Ao lado de tudo isto, deste medo que afugenta empresários, que afugente profissional liberal, como bem situou V. Exa., gostaríamos apenas de, neste aparte, rapidamente, fazer um registro, que será objeto de pronunciamento nosso na próxima semana, que é com relação ao pronunciamento formulado pelo líder da Aliança Renovadora Nacional, Sr. José Bonifácio, em que procurava descobrir bruxas no segundo escalão do MDB e de outros Governos como se estivessem infiltrados por elementos ligados ao Movimento Democrático Brasileiro.

O que estarrece, o que aborrece, o que dá margem ao nosso repúdio, é que o Sr. José Bonifácio, falando em nome de sua bancada no Congresso Nacional, coloca o Movimento Democrático Brasileiro, os cidadãos honestos que estão empenhados em ostentar e em desenvolver uma política honesta de oposição neste País, uma política construtiva, coloca como se o MDB não fosse brasileiro, como se o MDB devesse ser marginalizado das decisões deste País, como se aqueles que integram o MDB fossem anti-patriotas e inclusive, se assim quisesse o Governo, poderia estar implicados nas discussões da Lei de Segurança Nacional por provocar, como já disse, lesões seríssimas na vida intestina desta Nação.

Gostaríamos apenas, ao citar este fato, sobre o qual nos alongaremos em pronunciamento que iremos fazer na próxima semana, de dar nossos parabéns e nosso muito obrigado por este aparte.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa comunica que está finda a Hora do Expediente que é improrrogável. Entretanto, concede mais 30 segundos a V. Exa.

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Exa. permite um aparte?

O SR. DENI SCHWARTZ — Lamento não poder dar o aparte ao nobre Deputado Nilso Sguarezi, e deixo esta tribuna fazendo um apelo àqueles que têm a responsabilidade, que somos nós, de pensar a fim de evitarmos, dentro em breve, a ascensão dos medíocres neste País.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 04/76, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição 12/71, que aprova prestação de contas deste Poder Legislativo, relativas ao exercício financeiro de 1970. Pareceres favorável da C.T.C. e da C.C.J., pelo seu encaminhamento à apreciação do Plenário, por unanimidade. APROVADO.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação o Projeto de Resolução 04/76, de acordo com a solicitação do Deputado Lúcio Machado.

(É feita a verificação de votação solicitada)

Votaram 29 Srs. Deputados. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 05/76, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição 36/71, que aprova prestação de contas do Sr. Deputado Haroldo Bianchi, pela verba de Assistência Social do exercício de 1970. Pareceres favorável da C.T.C. e da C.C.J., pelo seu encaminhamento à apreciação do Plenário por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 06/76, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição 120/72, que aprova prestação de contas referente ao exercício financeiro de 1971, vem como o relatório da Contabilidade Geral desta Assembléia Legislativa. Pareceres favorável da C.T.C. e C.C.J., pelo seu encaminhamento à apreciação do Plenário, por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 07/76, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição 113/74, que aprova prestação de contas do Poder Legislativo, referente ao exercício financeiro de 1973. Pareceres favorável da C.T.C. e C.C.J., pelo seu encaminhamento à apreciação do Plenário, por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 08/76, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição 142/75, que aprova prestação de contas deste Poder Legislativo, referente ao exercício financeiro de 1972. Pareceres favoráveis da C.T.C. e da C.C.J., pelo seu encaminhamento à apreciação do Plenário, por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 09/76, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição 143/75, que aprova Balancete de Verificação referente ao mês de abril, encaminhado pela Contadoria Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, referente ao exercício financeiro de 1973. Pareceres favoráveis da C.T.C. e da C.C.J., pelo seu encaminhamento à apreciação do Plenário, por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 49/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 33/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Paranaity, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Romário Martins e o Ginásio Estadual Maria José Rocha Braga, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 46/76, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a Missão Evangélica Betânia, com sede na cidade de Altônia. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 50/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 34/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Pitanga, objetivando execução de reparos onde funcionam Grupos e Colégios, que especifica, e Delegacia Regional de Polícia Civil, na sede do referido Município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 51/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 40/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Querência do Norte, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Gilberto Conceição Borsatto e Delegacia e Cadeia Pública Municipal, na sede do referido Município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 19/76, oriundo de Mensagem 41/76, do Poder Executivo, objetivando reconhecer a estabilidade prevista no parágrafo segundo do Art. 177 da Constituição Federal, de 1967, aos professores que em 15 de março de 1967, contavam com mais de 5 anos de exercício nas respecti-

vas funções. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., COM SUBSTITUTIVO GERAL, por maioria de votos, da C.F., C/SUBSTITUTIVO GERAL PRÓPRIO, por unanimidade e da C.R.H., apoiando por unanimidade, o Substitutivo Geral da C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO (Para discutir) Apenas para fazer uma consideração porque tem sido freqüente a manifestação de desconhecimento da hierarquia das Leis deste Poder e, sobretudo, da parte que vem do Poder Executivo.

Se a Constituição consagra o Direito, e ela mesma, a Constituição Federal, eu havia me esquecido que nós estamos sob a égide — Ato Institucional número 5, mas mesmo assim, Sr. Presidente, eu me arrisco em dizer que não haveria necessidade de se editar uma Lei destas que poderia ser feita através de uma outra forma, uma regulamentação. E eu apenas quero manifestar a estranheza que o Poder Executivo não tem reconhecido embora o preceito constitucional haveria de ser acatado intempestivamente e acerca de mais 5 anos; me causa estranheza que agora venha para este Poder, um projeto de autoria do Governo do Estado. Pareceu-me ser bem intencionado o Governo.

Por outro lado, o que me causa estranheza é que a Assessoria do Governo não se deu conta de observar, e bem observar, até na introdução à ciência do Direito já se prega, já se fala, já se coloca a posição hierárquica das Leis. E é por isso que me causa estranheza que um Governo do Estado não tenha assessoria adequada para apreciar que seria dispensável um instituto como ele manda para cá. É só para manifestar meu ponto de vista pessoal e estranhar que não se tenha tido a acuidade necessária para se reconhecer até através de Decreto, o direito consagrado na Constituição a estes professores que, desde 1967, estão à espera de uma decisão do Governo do Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Encerrada a discussão.

Em votação. Para encaminhar a votação, tem a palavra nobre Deputado.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa recebeu projeto de lei tratando do assunto que agora se delibera. Entendeu a Comissão de Constituição e Justiça de se opor a este projeto ou de apor a este projeto alguns reparos, procurando ajustar a intenção governamental àquilo que a legislação maior ditava e exigia. Fruto, portanto, do trabalho desta Comissão, veio à luz o substitutivo geral. Mais tarde, Srs. Deputados, esta Casa recebeu mesmo oficiosamente, a visita para debate e discussão dessa matéria, do Secretário de Estado de Recursos Humanos, que entendeu de sugerir também algumas modificações ao texto substitutivo.

Não posso, aqui, afirmar o que sugerira S. Exa. nem o que foi adotado pela douta Comissão de Finanças ao propor o novo substitutivo porque não participei desta reunião.

Mas, parece-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o estudo afinal proposto pela Comissão de Finanças é aquele que melhor vem orientar a questão porque, empalmando a proposta da Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Finanças no seu substitutivo o aperfeiçoou, burilando-o de forma melhor.

Fica como ressalva tão só e apenas a questão ferida nos artigos 6º e 7º do novo substitutivo da Comissão de Finanças, e, parece-me, dois textos idênticos; no artigo 6º limitando-se o prazo para o direito de requerer e, no artigo 7º, estabelecendo-se um prazo para o direito de requerer.

De qualquer forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vai nisso qualquer preocupação porque o direito subsiste com o projeto transformado em lei, com prazo ou sem prazo, o direito nos parece permanente.

Portanto, Sr. Presidente, para encaminhar a votação, e nesse encaminhamento, venho para fazer uma declaração de voto, dizendo que votarei com o Substitutivo da Comissão de Finanças, porque acabou por dar uma melhor redação, acabou por dar

uma melhor estrutura ao projeto original. Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação o substitutivo da Comissão de Finanças.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa quer só advertir os Srs. Deputados, que a família do Sr. Desembargador falecido, Aurélio Feijó, já se encontra em nosso Salão Nobre, e se tivermos que manter a sessão no encaminhamento da votação — devemos suspender a sessão, para continuá-la posteriormente à sessão solene, para entrega do diploma de Cidadania Honorária à família do ilustre Desembargador falecido.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, em dois minutos eu faço o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Tem a palavra o Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Apenas para um esclarecimento.

Nós nos reunimos para estudar esta mensagem. Dela participaram o líder do Governo, o líder da Oposição, eu, na qualidade de relator, e os membros da Comissão de Finanças.

Na realidade, o Deputado Enéas Faria tem razão, quando fala nos artigos 6 e 7. Mas, depois de feito este estudo, quando preparava o parecer, verifiquei mais uma vez que tinham sido acertados os termos do parecer e não foi excluído dos artigos 6 e 7. Eu achei por bem manter os textos dos artigos, que em nada vêm a alterar. Poderia ter ficado o artigo 7; seria suficiente, não haveria necessidade do artigo 6. Mas, não há prejuízo nenhum na lei e, por este motivo, deixamos como está. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação substitutivo da Comissão de Finanças. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 52/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 42/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Administração com o Município de Rio Bom, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Ginásio Estadual e o Posto de Saúde, no referido Município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 51/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 22 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de Rio Bom, objetivando a execução de reparos no prédio onde funcionam o Ginásio Estadual e o Posto de Saúde, no referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 42/76

Acompanhado de Mensagem Governamental 154/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 22 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado através da Secretaria da Administração, com o município de Rio Bom, objetivando a execução de reparos no prédio onde funcionam o Ginásio Estadual e o Posto de Saúde, no referido Município.

Cumprido o Sr. Governador, desta forma, determinação cons-

titucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 53/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 43/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Rondon, objetivando execução de reparos onde funcionam o Grupo Escolar Castro Alves, Delegacia de Polícia e o Ginásio Almirante Barroso, da sede do referido Município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 53/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Rondon, objetivando a execução de reparos onde funcionam o Grupo Escolar Castro Alves, Delegacia de Polícia e Ginásio Almirante Barroso, da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 43/76

Acompanhado de Mensagem Governamental número 154/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Rondon, objetivando a execução de reparos onde funcionam o Grupo Escolar Castro Alves, Delegacia de Polícia e Ginásio Almirante Barroso, da sede do referido Município.

Cumprido o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, lido da tribuna, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Eleutério da Silva, ex-Prefeito interino e ex-Vereador da cidade de Santo Antonio da Platina. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mário Guerra. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Deonizio Alberto Boff, ocorrido na cidade de Foz do Iguaçu. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Corina Pugliesi — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pi-trângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine estudos de viabilidade econômica e, sobretudo de viabilidade social, com imediata ordem de serviço para o alargamento das estradas Fortuna, localizada no município de Altônia e Picadão, localizada no Município de Terra Roxa. — Em discussão.

O SR. ERNESTO GNOATO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pi-trângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à COPEL, encarecendo a necessidade de possibilitar a extensão de iluminação na Zona "Vinte e Nove", da cidade de Maringá. — APROVADO

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine a reparação da Estrada do Cerne, que liga Curitiba ao Norte do Paraná, no trecho de Santa Felicidade até Bateias. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Da-ros, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao DER, visando providências urgentes para a recuperação da estrada que liga Bairro Alto à Antonina, no trecho da Usina Hidrelétrica "Governador Parigot de Souza". — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretários da Segurança Pública e Secretário dos Recursos Humanos, no sentido de que seja expedida Resolução Normativa para esclarecer dúvidas geradas pela redação do art. 86 da Lei 6417. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, encarecendo-lhe providências no sentido de que seja remetido para o Município de Cascavel o material necessário para qualificação e transferência de eleitores. — APROVADO.

A Assembléia enviará ofício, a pedido do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, tanto que não temos a oportunidade de solicitar, porque o juiz da comarca é que deveria solicitar ao Tribunal, o material. Mas, fará um apelo para que o Tribunal provoque o pedido de envio de material àquela comarca.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Lázaro Dumont, e Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando seja formada uma Comissão de Deputados da ARENA, a fim de participar em Brasília do Simpósio sobre Política Rural — "O Homem e o Campo". —

A Assembléia não pode receber o requerimento na forma como foi redigido e a Assembléia não pode formar uma Comissão de Srs. Deputados de um só Partido. Portanto, determina que seja devolvido ao seu autor.

O SR. LÁZARO DUMONT — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Tem a palavra V. Exa. para uma questão de ordem.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, enquanto o som não vem e dificilmente vem o som neste canto aqui, aviso a V. Exa. que o conclave é patrocinado pela ARENA, e que por isso usamos estes termos.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sr. Deputado, respondendo a questão de ordem. Sendo o conclave patrocinado pela ARENA, a Assembléia não sendo um órgão da ARENA, apesar da maioria de nós sermos, não pode designar uma comissão para o conclave da ARENA.

Agora, nosso Partido é que poderá fazê-lo, designar uma Comissão de Deputados.

O SR. IVO THOMAZONI — Questão de ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, apenas para não se cometer uma injustiça

com o Deputado Lázaro Dumont. Sr. Presidente, se no requerimento consta que a viagem será custeada pelo Poder, é engano de redação, porque em nenhum instante S. Exa. o Sr. Deputado Lázaro Dumont pretendeu que essa viagem fosse feita com ônus para o Poder. Era só este esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sr. Deputado, eu vou explicar a V. Exa.

É um conclave da ARENA, Certo? Portanto, independe da resolução da Assembléia. Como poderão votar os Deputados que estão no Plenário, do MDB, inclusive, num assunto que é nosso, que é interno do nosso Partido. A Assembléia não pode apreciar este tipo de requerimento, conseqüentemente a ARENA não teria condições de apreciar nem de designar uma Comissão.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, eu continuo com a palavra pela ordem, porque não desejávamos nós, da Arena, de deixar de situar bem a posição dos Srs. dois Deputados que participarão de um conclave promovido por uma Fundação de Estudos Políticos, Fundação Milton Campos.

E é verdade, Sr. Presidente, existe, tem personalidade jurídica e todavia é uma extensão do nosso Partido e que visa levantar, estudar, discutir problemas da atualidade nacional.

O que se pretende com este requerimento Sr. Presidente, é permitir aos Srs. Deputados que participem do conclave tendo suas faltas abonadas neste plenário.

E, comportamento idêntivo já foi adotado beneficiando parlamentares de outro partido, quando participaram de simpósios realizados por proposição do Partido da Oposição, noutros Estados da Federação.

Não tem outro sentido, senão o de tão somente preservar a frequência dos Deputados que participarão de um Simpósio de debates de assuntos que preocupam a nacionalidade brasileira, e que com as suas inteligências emprestarão àquele conclave não só o brilhantismo, como trarão a este plenário, depois, os conhecimentos ali auferidos, para nos esclarecerem sobre momentoso problema que digamos a verdade, está a nos afligir. O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Vou responder, ainda mais uma vez, Deputado Ivo Thomazoni. Ninguém desconhece a importância da Fundação Milton Campos. Nenhum de nós arenistas ignora a importância de que os Deputados da nossa bancada, sejam apresentados naquele conclave.

Entretanto, na forma como foi feito o requerimento, como foi redigido, a Mesa não tem condições de por em votação.

Porque o requerimento diz o seguinte: Requer seja formada uma Comissão de Deputados da bancada da Arena.

Quando se fala em Comissão de Deputados, já é proporcional às duas bancadas, é evidente.

Então seria a liderança da Arena ou a reunião da nossa bancada que poderia indicar os Deputados que devem ir ao conclave em Brasília.

Não tenho forma de por em discussão pelo plenário.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, eu acho que V. Exa. está com toda razão. Apenas indagaria de V. Exa. se, mudando a redação permitir-se-ia a esses dois Srs. Deputados indicados pela bancada. . .

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Perfeitamente. Terão suas faltas abonadas. Nunca a Presidência negou esse direito a qualquer tipo de reunião que seja feita, inclusive em reuniões tanto do MDB como da Arena, houve reuniões em aniversários de cidades, e a Mesa tem sido sempre liberal.

Mas a forma de como foi feito o requerimento a Mesa não tem condições de colocar.

Quero que V. Exa. compreenda e que também o Deputado Lázaro Dumont compreenda, que a Mesa tem a maior boa vontade. Mas, a forma como foi redigido não tem condições de por em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — A liderança encaminhará à Mesa, por escrito, a indicação dos eminentes Deputados Lázaro Dumont e Luiz Roberto Soares para representarem a bancada

da Arena no conclave de Brasília.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Perfeitamente.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja designada uma comissão de Srs. Deputados para representar esta Casa, no Simpósio Sobre Política Rural que a Fundação Milton Campos fará realizar no período compreendido entre 23 a 25 do corrente, no Palácio do Congresso Nacional.

No mesmo sentido, precisa também, da mesma forma, de uma nova redação. — **Não será recebido pela Mesa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Eleutério da Silva, ocorrido em Santo Antonio da Platina. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Rádio Clube Pontagrossense PRJ-2, da cidade de Ponta Grossa, pela sua boa e sábia orientação radiofônica, dando condições aos seus ouvintes bem como o povo em geral, de manifestar livremente sua preferência partidária. **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação em segundo turno, para o Substitutivo Geral oferecido pela Comissão de Finanças ao Projeto de Lei 19/76. — **APROVADO.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 50/76, 51/76 e de Lei 19/76.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 52/76 e 53/76.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 43/76, 48/76, 49/76, 51/76, 55/76, 56/76 e 57/76.

Levanta-se a Sessão.